ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

A CONSERVAÇÃO URBANA INTEGRADA DE BOLONHA (1950-1970) A PARTIR DA OBRA DE PIERLUIGI CERVELLATI

Autores:
Fabricio Martins Silva - UFPE - fabriciolaw@gmail.com
Tomás Albuquerque Lapa - UFPE - thlapa@outlook.com

Resumo:

A ambição por estruturar uma “cidade antiga para uma sociedade nova” fez o município de Bolonha (Itália) assumir um processo singular de planejamento urbano de cidades históricas, entre as décadas de 1960 e 1970. Nesse momento, pretendeu-se superar o modelo de restauração patrimonial conservadora, que trata o conjunto patrimonial de maneira isolada, autorreferente e excluído da dinâmica geral do território. Para tanto, foi posto em prática um intrincado sistema de regulação estatal e investigação acadêmica que possibilitou a identificação, o resguardo e a promoção da qualidade de vida no conjunto patrimonial histórico. Da mesma maneira, foram estabelecidos objetivos e diretrizes para o ordenamento da metrópole como um todo, sendo o centro histórico a matriz desse ordenamento. Condicionando o êxito desses esforços estaria o compromisso político de preservar a composição social dos habitantes tradicionais dos bairros, em oposição à lógica desagregadora da especulação imobiliária. O presente artigo procura, por meio de revisão bibliográfica das obras escritas por Pier Luigi Cervellati e sua equipe, eles próprios técnicos responsáveis pela etapa derradeira desse modelo, na década de 1970, analisar a experiência de restauro em Bolonha. Essa compreensão foi enriquecida com a bibliografia de autores secundários que buscaram situar o planejamento urbano bolonhês no particular contexto histórico, político e social, de modo a compreender as sucessivas sínteses programáticas que formataram o modelo de Bolonha, positivado nas obras de Cervellati: La Nouvelle Culture Urbaine (1981) e Bolonia: Política y Metodologia de la Restauración de Centro Históricos (1976).

A CONSERVAÇÃO URBANA INTEGRADA DE BOLONHA (1950-1970) A PARTIR DA OBRA DE PIERLUIGI CERVELLATI

RESUMO

A ambição por estruturar uma “cidade antiga para uma sociedade nova” fez o município de Bolonha (Itália) assumir um processo singular de planejamento urbano de cidades históricas, entre as décadas de 1960 e 1970. Nesse momento, pretendeu-se superar o modelo de restauração patrimonial conservadora, que trata o conjunto patrimonial de maneira isolada, autorreferente e excluído da dinâmica geral do território. Para tanto, foi posto em prática um intrincado sistema de regulação estatal e investigação acadêmica que possibilitou a identificação, o resguardo e a promoção da qualidade de vida no conjunto patrimonial histórico. Da mesma maneira, foram estabelecidos objetivos e diretrizes para o ordenamento da metrópole como um todo, sendo o centro histórico a matriz desse ordenamento. Condicionando o êxito desses esforços estaria o compromisso político de preservar a composição social dos habitantes tradicionais dos bairros, em oposição à lógica desagregadora da especulação imobiliária. O presente artigo procura, por meio de revisão bibliográfica das obras escritas por Pier Luigi Cervellati e sua equipe, eles próprios técnicos responsáveis pela etapa derradeira desse modelo, na década de 1970, analisar a experiência de restauro em Bolonha. Essa compreensão foi enriquecida com a bibliografia de autores secundários que buscaram situar o planejamento urbano bolonhês no particular contexto histórico, político e social, de modo a compreender as sucessivas sínteses programáticas que formataram o modelo de Bolonha, positivado nas obras de Cervellati: La Nouvelle Culture Urbaine (1981) e Bolonia: Política y Metodologia de la Restauración de Centro Históricos (1976).

ABSTRACT

The ambition to structure an "old city for a new society" made the municipality of Bologna (Italy) to adopt a unique process of urban planning of historic cities, during the 1960s and 1970s. At that moment, it was intended to overcome the model of conservative restoration, which considers the heritage site as an isolated, self-referential and excluded from the general dynamics of the territory. For that purpose, an intricate system of state regulation and academic research was set in place which made possible to identify, safeguard

and promote better living standards in the historical city center. Likewise, objectives and guidelines were established for a metropolitan planning with the historical center playing as a focal point in this ordering. Determining the success of these efforts would be a broad political commitment to preserve the social composition of the neighborhoods' traditional inhabitants, as opposed to the disaggregating logic of real estate speculation. The present article seeks to analyze the experience of restoration in Bologna through a bibliographical review of the works written by Pier Luigi Cervellati and his team, themselves responsible for the last stage of this model, in the 1970s. This understanding was enriched by a bibliography of secondary authors who sought to situate the Bolognese urban planning in a particular historical, political and social context, in order to understand the successive programmatic syntheses that shaped the Bologna model, which was embodied in the works of Cervellati: La Nouvelle Culture Urbaine (1981) and Bologna: Politics and Methodology of the Historical Restoration Center (1976).

INTRODUÇÃO

"Aqueles que esperam encontrar nesse livro o último modelo de planejamento urbano, a última moda das teorias, ficarão desapontados"[1]. É de maneira um tanto quanto anticlimática que Pierluigi Cervellati et al (1981) iniciam seu manifesto por uma apropriação social e popular dos rumos da conservação das cidades históricas e, em última análise, do planejamento territorial. A advertência dos autores[2] contrasta fortemente com o conteúdo de duas importantes obras que apresentam princípios, diretrizes e metodologia da política de conservação patrimonial levada a cabo em Bolonha (Itália), entre as décadas de 1960 e 1970[3].

A natureza dessas obras – analítica, testamentária e propositiva – vai, no entanto, em outra direção. Consolidam a percepção de que se propôs uma síntese alternativa para tratar dois temas latentes na Europa pós-guerra – e que reverberam até o presente: (i) a manutenção os centros urbanos pré-modernos – ditos históricos – preservados, relevantes e integrados à cidade contemporânea; (ii) e a luta contra a especulação imobiliária e a consequente alienação de populações mais vulneráveis de seu habitat tradicional.

A ambição por estruturar uma "cidade antiga para uma sociedade nova"[4] provou-se especialmente popular e fez da capital da região Emilia-Romagna um "lugar de peregrinação" para arquitetos, restauradores e profissionais do planejamento urbano (Bodenschatz, 2017, p. 211). No seio da proposta estava a superação do modelo de restauração conservadora, que

[1] Traduzido pelo Autor. (CERVELLATI et al, 1981, p. 13).

[2] Igualmente técnicos que lideraram parte do processo que viria a ser conhecido como "Modelo de Bolonha".

[3] Para compreensão primária da política posta em prática em Bolonha, foram consultadas as obras "La nouvelle culture urbaine" (Cervellati, PL; Scannavini, R; De Angelis, C, 1981) e "Bolonia: Política y Metodologia de la Restauración de Centro Históricos" (Cervellati, PL; Scannavini, 1976). Por se tratarem de publicações de autoria dos técnicos que integravam e eram responsáveis pelo planejamento urbano bolonhês na primeira metade da década de 1970 – e, portanto, protagonista dessa etapa – optamos por extrair de ambas as obras as características intrínsecas a este modelo de Conservação Integrada.

[4] Tradução do título da introdução ao livro-catálogo da exposição "Bologna: Centro Storico" (1970), editado por Pier Luigi Cervellati, Andrea Emiliani, Renzo Renzi e Roberto Scannavini.

trata o conjunto patrimonial de maneira isolada, autorreferente e excluído da dinâmica geral do território (Cervellati et al, 1981, p. 23).

Para tanto, Bolonha assumiu um processo – acentuado nas décadas de 1960 e 1970 – que consolidou a identificação, o resguardo e a promoção da qualidade de vida no conjunto patrimonial histórico, ao passo que foram estabelecidos objetivos e diretrizes para o ordenamento da metrópole como um todo, sendo o centro histórico a matriz desse ordenamento. Não mais à parte, o centro histórico deveria ser planejado – em suas funções e estruturas – de modo complementar à periferia, vislumbrando-se uma relação de simbiose e interdependência entre núcleo antigo e a expansão da cidade moderna.

Condicionando o êxito desses esforços estaria o compromisso político de preservar a composição social dos habitantes tradicionais dos bairros – em sua maioria, artesãos, famílias numerosas, operários, pequenos proprietários – em oposição à lógica desagregadora da especulação imobiliária. Afinal, para Cervellati et al (1981, p. 16), "não existe conservação fora da conservação social".

O presente artigo procura, por meio de revisão bibliográfica das obras que analisam a experiência de restauro em Bolonha escritas por Pier Luigi Cervellati, Roberto Scannavini e Carlo De Angelis, extrair as ideias que orientaram esta forma singular de planejar o desenvolvimento urbano em cidades históricas. Essa compreensão foi enriquecida com a bibliografia de autores que buscaram situar o planejamento urbano bolonhês no particular contexto histórico, político e social, de modo a compreender as sucessivas sínteses programáticas que formataram o modelo de Bolonha positivado nas obras La Nouvelle Culture Urbaine (1981) e Bolonia: Política y Metodologia de la Restauración de Centro Históricos (1976).

CONSERVAÇÃO NO PÓS-GUERRA

Após a Segunda Guerra Mundial, segundo Bandarin (1979, p. 188), as grandes cidades italianas - e Bolonha não viria a ser exceção - enfrentavam dois problemas relativos à urbanização: (i) a reconstrução das áreas devastadas pelos bombardeios; e (ii) a onda massiva de migração do campo para a cidade e do Sul agrário para o Norte industrializado. A pressão por habitação traduziu-se em um constante aumento da produção de moradias novas nas franjas das metrópoles e em áreas do periurbano[5], estendendo subitamente os limites da área urbana e avançando sobre terrenos tradicionalmente agricultáveis. Presente no cenário também está a expansão das instalações produtivas dentro das grandes áreas metropolitanas, aumentando a pressão por mobilidade, por assim entendida a de operários em seu deslocamento residência-trabalho e de cargas, no contexto da integração econômica regional e europeia.

Em paralelo, a integridade dos centros históricos era posta em perigo por planos de demolição e reconstrução das áreas arruinadas e pela expansão do viário urbano para consolidar as redes de transportes regional e intrametropolitana, de modo a facilitar a

[5] Segundo Vale (2007, p. 237), o espaço periurbano corresponde a "zonas de transição entre cidade e campo, onde se mesclam atividades rurais e urbanas na disputa pelo uso do solo."

circulação do automóvel entre o núcleo antigo e as zonas de expansão. A conjunção desses fatores deixa claro que o centro histórico, enquanto estrutura pré-moderna, não estava adaptado aos desígnios do novo arranjo do capital e, nessas condições, via-se condenado a possuir um valor marginal e subalterno. Como assinalado, a escolha política adotada majoritariamente pelas cidades italianas, nesta etapa, foi a aposta na expansão urbana por meio da produção da moradia nova.

Giuseppe Campos Venuti (1974, apud Bandarin, 1979, p. 189) testemunha:

> "No período pós-guerra, nenhuma tentativa séria foi feita em Bologna para mudar a tradicional política fundiária das prefeituras italianas, essencialmente dominada por especuladores; pelo contrário, o plano[6] aprovado permitia uma enorme expansão residencial na periferia, não planejava os serviços necessários, permitia demolições no centro histórico, favorecia a expansão de residências privadas nas áreas "verdes" livres nas colinas que circundam a cidade".

A perspectiva de perda da excepcionalidade morfológica e identitária da cidade, por conta das políticas agressivas de produção do espaço, era particularmente aterradora em Bolonha, que detém, como Veneza, um dos mais extensos conjuntos patrimoniais de toda Itália (Bodenschatz, 2017, p. 214).

A partir da década de 1950, o tema da salvaguarda do patrimônio começou a registrar na Itália um interesse crescente entre acadêmicos e o público em geral. Entretanto, é possível encontrar as raízes desse debate ainda nas décadas de 1920 e 1930, em que vigorava o mando autoritário do Partido Fascista, comandado por Benito Mussolini. Apesar do notório desprezo do regime fascista pela conservação dos conjuntos patrimoniais, é nesse período que Gustavo Giovannoni publica a obra Vecchie città ed edilizia nuova (1931).

Sua doutrina propugna uma dualidade aparentemente irreconciliável: o reconhecimento da cidade histórica como "monumento", ao passo que "tecido vivo". Choay (1999, pp. 171-174) resume-a em três princípios: (i) a necessidade de integração do(s) fragmento(s) urbano(s) antigo(s) com o presente, representado pelo plano de ordenamento (*piano regolatore*) de abrangência local, regional e territorial, assim como a manutenção do caráter social da população; (ii) o reconhecimento da interdependência entre o monumento ("arquitetura maior") e o espaço e o contexto que o circunda. Intervenções que isolam ou "libertam" o monumento acabam por interferir e avariar a relação especial que envolve esses componentes (monumento e conjunto patrimonial); (iii) o restauro e a conservação de conjuntos urbanos antigos pedem procedimentos análogos aos definidos por Camilo Boito para monumentos, essencialmente respeitando a escala e morfologia desses conjuntos, preservando as relações originais entre parcelas e vias de circulação. Admite-se no processo

[6] Refere-se ao *Piano di Reconstruzione de 1948* (Plano de Reconstrução de 1948), que propunha a reconstrução total das áreas arruinadas por bombardeios em Bolonha. Sem consideração pela integridade do sítio histórico, propunha também obras de melhoramento e valorização de alguns monumentos, prevendo demolições e substituições. A perspectiva de transferência de população para novos bairros e de diminuição da densidade habitacional no vecchio núcleo citadino eram projetadas.

uma margem de intervenção no ambiente, de modo a não excluir a possibilidade de trabalhos de recomposição, reintegração e libertação.

Apesar de entender que "as velhas cidades sobreviventes são quase caminhos impróprios para se tornar o centro dos novos", o que leva a crer em sua marginalização funcional, Giovannoni (1931, apud De Pieiri e Escrivano, 2004, p.36) já pugnava pela descentralização de funções externas e incompatíveis com a morfologia das cidades antigas. Assim, seria a "única maneira de conciliar o desenvolvimento urbano moderno com a necessidade de preservar os ambientes urbanos existentes" (Idem, p.36).

Comparativamente às obras de Cervellati, alguns desses postulados são divergentes. No entanto, os elementos-chave para compreensão e salvaguarda do patrimônio estão presentes: a cidade histórica constitui uma unidade formal e orgânica, cujas estruturas e a população que nela habita são, em sua dialética relação, testemunho da História e condição para sua vitalidade, permanência e relevância na contemporaneidade. Dessa maneira, partimos da hipótese que o "Modelo de Bolonha" – planejamento urbano posto em prática nas décadas de 1960 e 1970 – não constituiu uma ruptura, senão uma continuada síntese das agendas sociais políticas e econômicas que se impuseram na cidade nas décadas anteriores.

A QUESTÃO DA MORADIA

Quando o provimento imediato de moradia para a população urbana crescente era o objetivo a ser perseguido pela municipalidade, a ideologia de expansão infinita, isto é, "a expansão urbana como um fenômeno natural" (Cervellati et al, 1981, p. 24), possuía perfeita aderência à realidade. A cidade antiga era vista não apenas como inadaptada às funções modernas, como também incapaz de absorver a demanda crescente por moradia digna e de qualidade. A transferência de população para os novos projetos residenciais periféricos, na década de 1950, era discutida como um "benefício social" (Ulshöfer, 2017, p. 232).

Além do custo unitário mais barato[7], as habitações construídas em áreas de expansão possuíam as comodidades que a ideologia da época exigia e que, em muitos casos, não se encontravam na cidade antiga: espaço domiciliar, serviços básicos de higiene e qualidade de vida no interior do domicílio, estrutura viária adaptada ao automóvel, etc. O custo social não tardaria a aparecer: a vida nos subúrbios rapidamente degradou-se à medida em que a oferta de serviços públicos não acompanhou a expansão urbana, o crescimento da metrópole ampliou a dependência do automóvel – com os consequentes incômodos que se seguiram – e, o que politica e socialmente foi mais sentido, o esgarçamento do tecido comunitário tradicional e a percepção de fortalecimento de valores individualistas e consumistas (Bartolini, 2017, p. 57).

A década de 1950 corresponderia à persistência do modelo urbano expansionista para fazer frente ao acelerado crescimento econômico e demográfico, mas produziria sinais de que

[7] Devido sobretudo à disponibilidade de terras reconvertidas da agricultura e cujo valor de troca era mais baixo. Nessas condições, era possível empregar técnicas construtivas contemporâneas para produzir moradia em larga escala, mais baratas e mais rapidamente. Cervellati et al (1981, pp. 29-33) disputa a narrativa do baixo custo da expansão no Capítulo 2 da obra, intitulado "*Le prix comparé de la conservation et de la rénovation*" (O preço comparado da conservação e da renovação).

este processo não poderia ser indiferente ao conjunto patrimonial. Em 1955, é aprovado o *Piano Regolatore Generale* – PRG 55 (Plano Diretor de Bolonha), coordenado pelo arquiteto Plínio Marconi, e que, em linhas gerais, segue a lógica expansionista, embora tenha uma relação ambígua como chamado *vecchio nucleo cittadino*[8].

Ulshöfer (2017, p. 230-232) aponta alguma das características desse plano, que foi apresentado então como uma "solução de compromisso". Embora considerasse o centro superpovoado, decadente e não apropriado para as necessidades contemporâneas, são reconhecidas suas qualidades artísticas e estéticas, tanto dos monumentos quanto da arquitetura vernacular. A criação de um bairro de negócios, estilo *Central Business District* (CBD), em uma zona devastada pela guerra ao norte-noroeste da cidade (Bologna Fiere), e a descentralização de várias funções proveriam algum grau de alívio à maior parte da área central. Ao mesmo tempo, propunha que o centro deveria adaptar-se às exigências contemporâneas, sendo isto traduzido em demolições no interior do conjunto patrimonial.

AGENDA DA CONSERVAÇÃO NO PLANEJAMENTO URBANO

Sutilmente, a agenda da conservação passava a ganhar espaço no planejamento, ainda que de maneira coadjuvante e desprovida do sentido de integridade nem de metodologia de intervenção claramente definida. O plano mencionava uma regulação específica com limitação do direito de construir para *zone con particolari caratteristiche ambientali ed edlizie* (zonas com características ambientais e construtivas particulares). Entretanto, nesse aspecto o texto foi considerado "genérico" (Idem, p. 232). Um número de projetos propostos para "valorizar" o centro da cidade incluíam parcial ou completo isolamento de seletos monumentos.

Se, por um lado, havia preocupação com a preservação de ruas com valor cenográfico, sobretudo pela presença das celebradas arcadas, e especial atenção à proteção das fachadas, por outro lado, as zonas que continham lotes fragmentados e traçado viário irregular estariam expostas a retificação, intervenção ou demolição. Além disso, o plano não era claro quanto ao destino da população tradicional nem quanto à abordagem do direito à propriedade nessas zonas. Havia até mesmo previsão de uma pequena queda do número de habitantes do centro. A conservação urbana permanecia como um "fenômeno isolado e não como princípio essencial da organização da cidade" (Cervellati et al, 1981, p. 23)[9].

A ascensão da pauta conservacionista não era um fenômeno localmente limitado. Na década de 1950 ganhou corpo, especialmente na Europa, a consciência sobre a necessidade de superar o modelo de restauração de edifícios individuais e isolados para a preservação de

[8] No PRG 55, há duas definições para as áreas históricas: o *antico centro*, área correspondente ao núcleo mais central, limitado pelo traçado das muralhas citadinas do século XI; e o *vecchio nucleo cittadino*, que correspondia à área mais abrangente e, a grosso modo, aos limites da cidade estabelecidos pelas muralhas do século XV. Interessante é que os planos urbanísticos subsequentes – que trarão forte antagonismo em relação à política de conservação histórica presente no PRG 55 – recuperaram em boa parte o traçado do *vecchio nucleo cittadino*, estabelecido por esse documento, como parâmetro espacial de enquadramento do centro histórico.

[9] Traduzido pelo Autor.

complexos urbanos de valor histórico. Na Itália, particularmente, a defesa do patrimônio cultural e histórico representado pelos conjuntos urbanos tomou contornos de importância nacional. Embora o debate tivesse alcance restrito a certos grupos da elite cultural e de profissionais do urbanismo, floresceram polêmicas via imprensa e por meio de iniciativas para salvaguardar os centros históricos dos efeitos da especulação imobiliária (De Pieri e Scrivano, 2004, p. 35).

Entre tantas, ganharam destaque duas iniciativas: os ensaios de Antonio Cederna[10] no semanário Il Mondo, em que narra a estória de um saque à Roma por novos Vândalos[11]. A provocação, um tanto elitista e com forte tom moralista, amplia o alcance da mensagem conservacionista. Em paralelo, é fundada, em 1956, a Associação Italia Nostra, formada por componentes diversos da sociedade civil e cuja tarefa primordial era sensibilizar o público para a conservação urbana e a realidade social conexa (Nucifora, 2017, pp. 251-253).

Não tarda para surtirem as primeiras mudanças de atitude quanto à agenda patrimonial. Quando o PRG 55 foi finalmente referendado pelas autoridades nacionais[12], em 1958, Bolonha recebe uma advertência quanto à incongruência do plano em relação às exigências do planejamento urbano mais contemporâneo e foi demandado que futuras intervenções no centro da cidade sejam feitas em concertação com a *Soprintendenza ai Monumenti* (Superintendência aos Monumentos) (Ulshöfer, 2017, p. 232).

Outro ponto de inflexão foi o *Convegno Nazionale per la Salvaguardia e il Risanamento dei Centri Storici* (Conferência Nacional para Salvaguarda e Reabilitação de Centros Históricos), organizada na cidade de Gubbio, entre 17 e 19 de setembro de 1960, "promovida por um grupo de arquitetos, planejadores, advogados, estudiosos do restauro e representantes dos municípios de Ascoli Piceno, Bergamo, Erice, Ferrara, Gênova, Gubbio, Perugia e Veneza"[13]. Como encaminhamento da reunião, foi fundada a *Associazione Nazionale per i Centri Storico-artistici* – ANCSA (Associação Nacional para os Centros Histórico-Artísticos - ANCSA)[14]. Além disso, foi aprovado um documento contendo uma declaração de princípios sobre a proteção e restauração de Centros Históricos (Carta di Gubbio de 1960). O congresso marcou a entronização da expressão "centro histórico" no vocabulário das discussões sobre o problema da preservação urbana.

[10] Antonio Cerdena foi jornalista, político, ensaísta e ativista social. Dedicou-se por mais de quatro décadas à defesa dos centros históricos italianos da demolição, descaracterização e especulação imobiliária. Foi importante na luta pela salvaguarda do património natural e cultural italiano. Por seu trabalho, foi um dos responsáveis pelo estabelecimento, em Roma, de um corredor ecológico e histórico, então em risco de desaparecimento, conhecido como *Parco Regionale dell'Appia Antica* (Parque Regional da Appia Antiga).

[11] Na narrativa simbólica, a capital italiana é palco e objeto de um ataque à riqueza cultural de seu patrimônio histórico - algo comum e transponível à realidade de tantas outras cidades da península - pela "especulação e corrupção em uma linguagem que ridiculariza o mau gosto dos 'novos bárbaros' por sua ignorância quanto ao passado, à história e à arte, e sua triste visão de mundo da classe média". (Nucifora, 2017, p. 252. Tradução do autor).

[12] Após aprovação pela municipalidade de Bolonha, documentos como PRG 55 passam por revisão e chancela de órgãos do Estado Italiano. Isso se dá porque, na repartição constitucional italiana, o Estado é unitário e entidades infranacionais, como regiões e municípios, não são dotadas de autonomia política plena.

[13] ANCSA, 1960. Traduzido pelo Autor.

[14] A municipalidade de Bolonha aderiu à ANCSA apenas em 1962 (Ulshöfer, 2017. p. 237).

Embora tenha servido de inspiração para o que veio a ser conhecido como “Modelo de Bolonha”, sobretudo no que se refere aos seus princípios metodológicos de restauro, os compromissos e a ausência de ambição no campo econômico e social são alvos de críticas severas por parte de Cervellati e Scavannini (1976, pp. 3; 7-9). Conquanto o modo tradicional de conservar, o qual eles apelidam de “restauração conservadora”, teve efeitos práticos positivos sobre a preservação do patrimônio, não buscou fazer frente à expulsão dos moradores tradicionais e à degradação social.

Ao não discutir a lógica de acumulação do capital que emerge da relação de espoliação[15], as políticas de investimentos nos centros históricos apenas repetem o padrão de expulsão e segregação das populações mais vulneráveis, efetivamente substituindo as demolições por técnicas de intervenção mais refinadas. Para eles, “restauração conserva, mas somente as estruturas físicas, a ordenação morfológica, não a estrutura social e, em definitivo, não conserva a cidade” Cervellati e Scavannini (1976, p. 8).

“Dizer que a restauração conservadora (no sentido indicado na Carta de Gubbio e outros acordos) é a única terapia para os centros históricos é necessário, mas não é suficiente. A restauração deve abarcar, na forma programada, a cidade em seu conjunto, não a edifícios e episódios ilhados, e, para tanto, o planejamento do centro histórico, seu destino, seu uso, estão estreitamente ligados e derivam do planejamento geral do território, tanto do ponto de vista social quanto técnico. (...) A falta de rigor e a renúncia à compreensão histórico-crítica reduz o problema do centro histórico a mera cenografia e reestruturação funcional” (Idem, p. 18).

A própria qualificação de “restauração conservadora” parece conter um trocadilho, que não é devidamente clarificado pelos autores: é conservadora porque apenas conserva o objeto construído – e desconsidera a estrutura econômico-social e as dinâmicas de força e poder no território - ou porque é politicamente conservadora e, portanto, não vislumbra atuar para reverter as relações de dominação e espoliação?

O ARQUITETO E A QUESTÃO POLÍTICA

A divergência essencial entre o consenso acadêmico e técnico difundido pela ANCSA e a concepção expressa nas obras de Cervellati encontra-se sobretudo na dimensão política que é dada ao ofício de planejar o território. Para este, o urbanismo – enquanto disciplina e conjunto de técnicas - tem papel subordinado e auxiliar na consecução de objetivos democraticamente forjados na sociedade. Sua tarefa é de concretizar e estar a serviço das escolhas políticas tomadas pelo conjunto de cidadãos.

[15] Para Harvey, a grosso modo, a acumulação de capital por espoliação faz parte da natureza cíclica da produção de valor e mais-valia a partir de instrumentos de urbanização. O processo de degradação física do estoque patrimonial é peça chave para a solvência da empreitada e a realização dos lucros no momento seguinte à revalorização dos bens. O processo de revalorização, que tende a excluir os atores economicamente vulneráveis, é socialmente tolerado por meio do controle ideológico da bandeira da regeneração urbana. Nesse intervalo, a atuação em sintonia do capital financeiro com o engajamento estatal promove estabilidade para a realização da mais-valia a longo prazo (Harvey, 2014).

Dessa forma, não há que se falar em neutralidade do urbanismo e do urbanista, nem proeminência e autonomia das áreas técnicas em relação às agendas sociais (Cervellati et al, 1981, pp. 69-71). O urbanista é, no seu campo de atuação, o interprete e formulador de uma proposta que não reflete magnanimamente a sua própria concepção de cidade, senão é a materialização - via procedimentos participativos - de expectativas, pautas, clamores e demandas difusas da esfera cidadã.

Argumenta Cervellati et al (1981, p. 70)[16]:

> "A tomada de consciência pelos habitantes de seu 'direito à cidade' retira, efetivamente, o meio urbano das formas habituais de exploração, evita a especulação e protege, assim, a cidade inteira, enquanto bem da coletividade. Trata-se, portanto, de um planejamento urbano assegurado constantemente 'do interior', de um planejamento que jamais é delegado nem considerado a priori como adquirido".

Logo, os fins políticos – nesse raciocínio aplica-se o "direito à cidade" - são balizadores da ação de planejar. São definidos a priori, mas não são estanques. Modificam-se à medida em que as condições materiais, históricas e sociais de uma certa coletividade, em um certo espaço, produzam um novo paradigma.

Esse devir constante e cotidiano condiciona o emprego das técnicas. O reconhecimento da não-neutralidade do ofício técnico e o reclamo de um agir político do urbanista parece levar em conta que a conservação do patrimônio, como uma forma de produção do espaço, possui intrinsecamente intencionalidade e finalidade.

O urbanista deve, portanto, reclamar uma postura política e não mais de "executante técnico de uma tarefa bem determinada" (Idem, p. 71)[17]. Esta conduta o levará necessariamente ao exercício de uma responsabilidade vigilante para que o técnico não se substitua ao cidadão. Nesse contexto, o exercício da síntese social é compartilhado entre as estruturas constitucionais de poder (o Legislativo e o Executivo, a quem compete a legitimidade política) e as instâncias decisórias descentralizadas e participativas, tomando como núcleo elementar o *quartiere* (bairro).

Nesse aspecto, Cervellati reverbera a crítica neomarxista da condição do espaço urbano, que irrompe em meados da década de 1960. Não fica claro da leitura de sua obra, nem a partir da literatura consultada, se quando fala de "direito à cidade" Cervellati faz alusão à obra homônima de Henri Lefebvre[18]. No entanto, é interessante notar que os temas e a

[16] Traduzido pelo Autor.
[17] Traduzido pelo Autor.
[18] Segundo Bartolini (2017, p. 58), "O Direito à Cidade" e "A Revolução Urbana", ambas obras do geógrafo francês Henri Lefebvre, são publicadas originalmente na França em 1968 e em 1970, respectivamente, mas são traduzidas para o italiano em 1970 e 1973, respectivamente. As obras consultadas de Pierluigi Cervellati ("La nouvelle culture urbaine" e "Bolonia: política y metodologia de la restauración de centros históricos") são contemporâneas, tendo sido originalmente publicadas em 1977 e 1973, respectivamente.

interpretação de determinadas categorias chaves (concepção do espaço, direito à cidade, expansão da esfera pública) dialogam plenamente na obra de ambos os autores.

Ademais, a interpretação do meio urbano como local apropriado para formação de uma identidade política própria – e distinta dos modelos formatados pela crítica marxista ortodoxa à sociedade industrial – ganhava contornos de *zeitgeist*[19] (espírito da época). Influenciou distintos movimentos contemporâneos à política bolonhesa de salvaguarda do patrimônio, como os movimentos de promoção da ecologia urbana, de crítica à ideologia do consumismo e do produtivismo, além do trabalho de autores como o geógrafo inglês David Harvey e do sociólogo espanhol Manuel Castells.

A representação do espaço[20], no discurso de Cervellati, preserva o território do centro histórico da reconversão terciária e especulativa, alinhada a uma dinâmica de exclusão social. Sua projeção denota um corte profundamente classista, isto é, instrumentaliza as ações do poder público para favorecer um extrato específico da sociedade: moradores tradicionais, artesãos, estudantes, proletariado, famílias de extratos econômicos mais baixos.

Sendo assim, conforme destaca Cervellati e Scavannini (1976, p. 3)[21]:

> "Propor um sistema significa trabalhar no campo social, respondendo concretamente às demandas da base com a oferta de uma verdadeira alternativa de comportamento, o qual, em última instância, significa atuar politicamente. Já que falar de autogestão, de democracia de base, significa ir mais além das palavras; significa intervir aí onde a expressão do poder é mais forte, onde a hierarquia e a estratificação social estão desenvolvidas ao máximo e onde centram principalmente os interesses da propriedade territorial e imobiliária".

Para eles, planejar – do ponto de vista da burocracia estatal - denota agir politicamente combinando conhecimento técnico (a encarnação da racionalidade supostamente neutra) e ideologia política. Essa unidade, essencialmente contraditória, é mediada pelo compromisso democrático, que coliga o sucesso (ou vitalidade) do morar com qualidade na cidade à capacidade que o cidadão tem de pesar seus interesses no debate público.

Essa visão engajada refletia uma importante mudança de orientação política no discurso do Partido Comunista Italiano (PCI), ocorrida primariamente na década de 1950, mas que traria seus frutos nas décadas seguintes (Ulshöfer, 2017, pp. 236-237). É importante destacar que a administração municipal de Bolonha se constituía como um bastião de

[19] Termo em alemão para designar o conjunto de crenças, valores e interpretações que definem, ainda que genericamente, o clima intelectual e cultural da sociedade em uma determinada época.

[20] Espaço concebido (ou representações do espaço) é uma das dimensões do espaço para Lefebvre, juntamente com o espaço percebido e o espaço vivido. "Denota um espaço simbólico, constituído a partir de abstrações como mapas, planos e outros códigos idealizados e elaborados por profissionais como planejadores, tecnocratas e cientistas. Diz respeito, portanto, às representações "oficiais" do espaço (*Representations of Space/Representational Space*) concebidas por um segmento bastante específico da sociedade: o dos tomadores de decisões" (Cordeiro, 2016, pp. 45-46).

[21] Traduzido pelo Autor.

esquerda e crescentemente era retratada como modelo de gestão e da capacidade de realização dos comunistas.

Essa hegemonia não era apenas política, como também social[22]. Além da intensa presença de filiados ao PCI por toda a região Emilia-Romagna[23], a dinâmica favorável ao partido advinha de um forte enraizamento, nos anos pré-guerra, das ligas operárias e de associações radicais e socialistas. Do mesmo modo, a tradição de catolicismo social e do associativismo comunitário estava solidamente presente na cidade (De Pieri e Scrivanno, 2004, p. 35). Já em 2017, Pier Luigi Cervellati (2017) – ele próprio um independente - declararia que o comunismo em Bolonha "era mais que uma ideologia, foi um estilo de vida"[24].

Para De Pieri et Scrivano (2004), o experimentalismo bolonhês foi possível porque, alijados do poder no cenário nacional, os comunistas italianos utilizavam a administração local como vitrine de buona amministrazione. Apresentando a cidade como caso de sucesso, o partido seria capaz de angariar apoio popular para assumir as rédeas da nação e implantar suas políticas redistributivas e sua visão de governança mais dirigista e calcada nos ideais igualitários. Entre 1946 e 1980, três comunistas ocuparam o cargo de prefeito: Giuseppe Dozza (1945-66), Guido Fanti (1966-71) e Renato Zangheri (1971-83).

Apesar da hegemonia política, até o começo dos anos 1960, porém, o planejamento urbano era visto como uma questão técnica, fora da influência direta dos conflitos políticos e relegada a especialistas sem filiação partidária de esquerda. O resultado dessa condução foi a reprodução insistente do planejamento praticado desde a década de 1930, sem uma análise crítica da relação entre o uso do solo e a renda do capital imobiliário (Ulshöfer, 2017, pp. 236-237).

O pós-guerra (1945-) vem testemunhar uma mudança na visão de política urbana do partido. A realidade que se desenhava era de um partido que nasce revolucionário, porém haveria de renunciar à tomada violenta do poder, acomodar sua plataforma e seus ideais aos parâmetros da democracia eleitoral. Para seus dirigentes, essa mediação só poderia ser vitoriosa se, ainda que mantivesse a perspectiva da luta de classes como interprete dos desequilíbrios do sistema capitalista, a noção de explorados houvesse de estender-se para além do operariado e buscar o apoio das classes médias urbanas (Bartolini, 2017, pp. 55-58).

Em 1956, o partido adota uma linha política reformista, conhecida como *via italiana al socialismo*[25] e, nesse contexto, a agenda de reforma urbanística passa a integrar o programa de reformas estruturais patrocinado pelo PCI. O processo de renovação partidária, com

[22] Entre 1946 (primeiras eleições locais pós-guerra) e 1991 (ano de dissolução do PCI), a liderança eleitoral do PCI (esquerda) foi inconteste, variando de 38,3% (1946) a 49,02% (1975), com resultados quase sempre oscilando na casa dos 40%. Sua votação frequentemente superava em 20 pontos percentuais a Democracia Cristã (direita), segunda força política na cidade. Apesar da dissolução do PCI e de sua substituição pelo *Partito Democratico dela Sinistra* (Partido Democrático de Esquerda), de orientação social-democrática, a cidade permanece sendo administrada pela esquerda, excetuado um breve período entre 1999 e 2004, em que governou a centro-direita. Fonte: Comune di Bologna.

[23] De Pieri e Scrivanno (2004) situa a filiação ao PCI em quase 20% da população, nos anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial.

[24] Traduzido pelo Autor.

[25] Resolução político do VIII Congresso do Partido Comunista Italiano, em dezembro de 1956.

recomposição dos quadros, surte efeito em Bolonha a partir de 1959, com especial menção ao apontamento em novembro de 1960 de Giuseppe Campos Venuti como *assessore all'urbanística* (Secretário de Urbanismo).

Venuti, um urbanista italiano de origem romana e filiação comunista, é levado a candidatar-se em 1959 a *consigliere comunale* (vereador) em Bolonha pela lista do PCI. Eleito para o posto, no ano seguinte assume o cargo de *assessore all'urbanistica* e dirige a mudança de linha política da administração municipal em relação à política urbana, condenando a expansão desenfreada que estimulava a especulação fundiária. Permanece no posto até 1966, quando é substituído por Armando Sarti (PCI), que mantém a mesma linha de atuação (Ulshöfer, 2017, p. 239).

A chegada dessa nova geração de gestores municipais trouxe uma mudança radical na condução da agenda municipal de Bolonha, abrangendo, por exemplo, maior atenção ao planejamento econômico e à implementação sistemática de uma política de déficits orçamentários. A análise reverberava a visão tradicional de crítica à segregação espacial e distribuição desigual de serviços públicos no território, porém introduzia outras questões que haviam passado ao largo: o reconhecimento da "vizinhança" como espaço privilegiado em que a classe trabalhadora forma alianças sociais (desafiando a primazia do local de trabalho como espaço de sociabilidade e difusão ideológica, como defendia a ortodoxia comunista), a necessidade de uma reforma cultural e cívica e a mobilização por uma nova condição urbana (Bartolini, 2017, p.60).

O PLANEJAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO

A década de 1960 marca o início do processo de reforma urbanística e do debate sobre a preservação do centro histórico inserido no contexto de uma política habitacional e de ordenamento territorial mais abrangente. Uma revisão geral do PRG 55 começou então a acontecer. Em 1966, foi publicado um estudo prospectivo realizado entre 1962 e 1965 pela equipe de arquitetos-urbanistas liderada por Leonardo Benevolo[26], que serviu de base para a aprovação, em 1969, do *Piano per il Centro Storico* (Plano para o Centro Histórico) (Ulshöfer, 2017, p. 236).

Na visão dos pesquisadores, haveria uma fratura entre a "cidade moderna" e a "cidade do passado". Esse entendimento é corroborado por Cervellati, para quem o tecido antigo define-se como oposição à cidade moderna e que nenhuma continuidade pode ser encontrada entre ambas (Cervellati e Scavannini, 1981, p. 19). O documento reflexionava que o passado havia deixado de se comunicar pela continuidade da tradição, assumindo sua relação com o presente a partir da reflexão histórica, de forma que a preservação da cidade histórica era meio guardar o testemunho concreto do passado e seus valores (De Pieri e Scrivanno, 2004, p. 38).

Como ambas possuem formas, tipologias e princípios organizacionais irredutivelmente diferentes, a cidade histórica merecia ser objeto de uma política de planejamento especial

[26] Cita-se que a equipe liderada por Leonardo Benevolo havia sido recrutada na Universidade de Florença, visto que em Bolonha não havia àquela época curso de arquitetura e urbanismo (De Pieri e Scrivanno, 2004, p. 37).

que definisse sua função no seio da metrópole (Idem, p. 38). Em outras palavras, a salvaguarda da cidade histórica era apenas um aspecto de uma questão maior: a organização das funções da cidade na escala metropolitana.

Nesse aspecto, tanto o estudo setorial liderado por Benevolo quanto a obra de Cervellati repercutem, com as devidas adaptações, as proposições de Giovannoni sobre o lugar dos centros das cidades no contexto da metrópole contemporânea. Ao admitir que o centro histórico era incompatível com todas as funções que o desenvolvimento econômico exigia da cidade moderna, nada mais natural que reconhecer centralidades alternativas. Partiria do planejamento urbano a imaginação de uma organização territorial que fizesse coexistir diferentes centralidades, preservando o centro histórico das funções que gerassem incômodos e movimentos de pessoas em massa, visto como incompatíveis com o tecido urbano antigo e sua rede viária.

O ideal na vontade de recuperar do centro histórico é também frear a expansão urbana em direção às periferias, invertendo processos especulativos. Em suma, fazer da estratégia de requalificação do patrimônio histórico uma parte integral da política territorial e não apenas uma questão setorial ligada à cultura e ao restauro.

A delimitação do centro histórico de Bolonha, proposta pelo estudo e posteriormente referendada pelo Plano setorial de 1969, em linhas gerais, reafirmou a demarcação já presente no PRG 55. Isto é, o Centro Histórico de Bolonha ficou adstrito à "zona encerrada dentro das vias de circunvalação sobre o traçado da muralha do século XV, assim como os apêndices e arrabaldes que ficam foras das portas de Saragozza, San Mamolo, Castiglione, Maggiore, San Vitale e San Donato, que podem considerar-se como parte integrante de todo o conjunto". Considerava-se um organismo urbano unitário, dotado de "homogeneidade física e sociocultural" (Cervellati e Scavannini, 1981, p. 17).

Entretanto, é feita uma distinção entre as zonas íntegras e as que foram submetidas a transformações, de forma que nem todo o patrimônio edificado nos limites do centro histórico era considerado digno de preservação. O estudo repartiu o estoque edilício em três categorias: restauração científica, preservação das características exteriores e demolição (Ulshöfer, 2017, p. 238). Em uma cidade tão diversa, cujo desenvolvimento histórico produziu sucessivas alterações e inúmeras estratificações de construção, algumas zonas haviam sofrido tamanha descaracterização que já não restava mais valor histórico.

Ulshöfer (2017, p. 238) especula que os possíveis efeitos da requalificação do centro histórico para os habitantes correntes não foram discutidos em detalhes. Porém, antecipava-se que uma renovação do conjunto patrimonial produziria uma queda populacional de cerca de 20 por cento na zona histórica, além de acompanhar uma forte recomposição social. Para Cervellati, no entanto, "a vitalidade (ou revitalização) do centro histórico está, desta maneira, estreitamente unida ao direito que tem as classes sociais populares de habitar nele" (Cervellati e Scavannini, 1981, p. 3). Percebe-se, portanto, que, até esta altura, não era evidente o compromisso social em aliar a conservação patrimonial a uma estratégia maior de provisão de moradia popular e de permanência da composição sociológica tradicional no centro da cidade.

Finalmente, também na década de 1960 iniciou-se um processo de descentralização das funções municipais e a emergência de uma espécie de "democracia distrital" (Bodenschatz, 2017, p. 213). O município adotou políticas destinadas a aumentar a participação dos cidadãos na esfera pública. Em 1960, a Câmara Municipal aprovou a divisão da cidade em 18 *quartieri* (bairros). Um *consiglio di quartiere* (conselho de bairro), representando cada um em torno de 30 mil habitantes, possuía funções consultivas, de fórum para elaboração de políticas públicas e de intermediação entre cidadãos e município (Bandarin, 1979, p. 191).

Bolonha foi a primeira cidade italiana a deliberar sobre a adoção de tais instituições. Os *quartieri* não apenas reforçaram o consenso político, mas também contribuíram para ampliar a imagem da cidade como reduto de novas experimentações na democracia local. Tudo isso foi possível graças a um contexto favorável, em que o consenso sobre os projetos envolveu administradores, sindicatos, cooperativas de moradia e cidadãos (De Pieri e Scrivanno, 2004, p. 38).

Após anos de amadurecimento político e utilizando sistematicamente os estudos realizados pela equipe de Benevolo, planejadores urbanos ligados à Prefeitura de Bolonha apresentam o *Piano per il Centro Storico* (Plano para o Centro Histórico). Aprovado em 21 de julho de 1969, o documento é instituído como uma variante (modificação) ao Plano Diretor de 1955 (PRG 55) de aplicação específica à zona delimitada do Centro Histórico.

Em linhas gerais, propunha um novo enquadramento do centro histórico no âmbito do planejamento geral da cidade, definindo rigidamente uso e ocupação do solo, critérios de preservação e restauro, além de propostas de intervenção para direcionar as funções consideradas apropriadas ao centro da cidade, reconverter grandes estrutura para o uso contemporâneo, incrementar o valor socioeconômico da área e melhorar a prestação de serviços públicos. Como medida de intervenção, o Plano identificou 13 *comparti di risanamento* (setores de renovação) prioritários para atuação (Ulshöfer, 2017, p. 239).

O documento repetiu a definição de centro storico e pontuou os diversos processos históricos e econômicos que trouxeram transformações consideráveis e admissíveis ao tecido urbano pré-moderno e para cada edifício da cidade histórica. A definição da área de alcance do plano permaneceu como a parte da cidade alcançada pelas avenidas construídas, sob ocupação de Napoleão, sob o traçado das muralhas do século XV, com as exceções que haviam sido definidas pelo estudo de 1965 (De Pieri e Scrivanno, 2004, p. 38).

Os objetivos técnicos do plano são diversos, mas todos coincidentes em um único fim, que é o da conservação do centro histórico e de sua incorporação à estrutura da cidade e do território, como uma parte diferenciada e qualificada através de sua própria especialização. Para este fim dirigem-se todas as operações previstas nesse plano, entre as quais:

1. Preservar o centro histórico da destruição;

2. Integrar o patrimônio artístico, histórico e cultural dentro do contexto social e econômico do território, confiando-o uma função ativa e compatível;

3. Descentralizar todos os geradores de direcionalidade (reconhecidos como incompatíveis com a estrutura antiga), mediante a criação de novas áreas de crescimento terciário fora do núcleo antigo, restituindo, dessa forma, à cidade antiga sua eficiência funcional intrínseca e atribuindo-lhe ao mesmo tempo uma função mais ampla de articulação dentro da nova ordem territorial;

4. Dotar o centro histórico de todos os padrões (standards) e serviços necessários;

5. Racionalizar a caótica rede viária que hoje transforma a vida do centro histórico, comunicando-a funcionalmente com a grande rede viária territorial, e predispô-la a destinar certos trechos, incompatíveis com o tráfego rodoviário, ao uso exclusivo de pedestres.

Ademais, amparados nas inovações trazidas pelos estudos exploratórios do relatório Benevolo, o conceito de "tipologia" foi entronizado como ideia central da metodologia de restauro e adaptação. Trata-se de uma ferramenta metodológica – mas não exclusivamente analítica – para separar elementos da construção que são constantes (relacionados à estrutura original) daqueles "variáveis" (elementos colecionados durante os séculos e que refletem os usos e costumes ajustados à estrutura para garantir sua adaptabilidade). A finalidade dessa ferramenta era compreender os processos de formação das estruturas arquitetônicas e de que forma poderiam influenciar a adequação ao uso contemporâneo (Bandarin, 1981, p. 194).

Dentre os critérios de intervenção nos edifícios, foram definidos três grupos, cujas subdivisões resultariam em seis categorias, para as quais haveriam critérios de intervenção e ações permitidas ou proibidas: Categoria 1a (regulação estrita); Categoria 1b (regulação parcial); Categoria 2a (renovação e conservação); Categoria 2b (reestruturação com limites); Categoria 3a (reconstrução); e Categoria 3b (demolição sem reconstrução) (Cervellati e Scavannini, 1981, p. 31).

A análise do tecido urbano proposta pelo plano foi relativamente simples. As arquiteturas do centro da cidade foram divididas em quatro tipologias básicas, uma classificação que teve apenas um impacto parcial nas intervenções propostas. A primeira tipologia incluiu grandes edifícios monumentais de relevância histórica, chamados *contenitori* (grandes contêineres): estes foram considerados cruciais para a localização de serviços urbanos especiais (por exemplo, aqueles associados à presença da universidade). A segunda tipologia referia-se a edifícios organizados em torno de um ou mais átrios, com rigidez na conversão de uso da propriedade. A terceira tipologia refere-se a edifícios privados com características espaciais derivadas da estrutura socioeconômica dos séculos XVI a XVIII. A variedade de formas e arranjos internos permitiam um alto grau de adaptabilidade dos edifícios para fins de moradia para diferentes tipos sociais (famílias numerosas, estudantes, casais, etc.). A quarta tipologia remete a edifícios privados diversos, sem característica tipológica peculiar, a ser usada para uso residencial, sem que haja alteração substancial na planta (Bandarin, 1981, pp.194-95).

Em poucas linhas, o plano de 1969 para o centro histórico era, acima de tudo, um recenseamento e identificação dos edifícios existentes, acompanhada de regulamentos

definindo um conjunto limitado de possíveis transformações. Procedimentos com financiamento público para a implementação do plano em partes específicas do centro da cidade foram colocados em prática apenas em um estágio posterior. Esse trabalho permitiu orientar o planejamento das funções, dos usos e dos possíveis trabalhos restauratórios passiveis de execução.

PEEP CENTRO STORICO

Em 1971, um estudo mostrou uma acentuada segregação social na cidade antiga. No mesmo território, imóveis de alto valor contratavam com residência em severo grau de degradação ambiental e construtiva. Essa situação de abandono era especialmente grave nos 13 setores de renovação já identificados pelo Plano de 1969. Encarando a lógica do arruinamento como antecessora natural, na dinâmica capitalista, da despossessão e expulsão da população mais vulnerável, a equipe de Cervellati apresentou, em outubro de 1972, o *Piano di Edilizia Economica e Popolare - PEEP Centro Storico* (Plano de Edificação Econômica e Popular).

Seu ineditismo não se encerrava apenas no fato de ser o primeiro programa habitacional na Itália por meio de renovação patrimonial (Bandarin, 1979). A principal audácia do plano era buscar uma interpretação extensiva da *Legge per la casa* (Lei de Reforma Urbana), de 1971, e considerar a habitação popular como “serviço público” (Ulshöfer, 2017). Desta maneira, mudando a natureza jurídica da operação de renovação, seria possível à municipalidade expropriar imóveis para fins de habitação social de forma mais assertiva e efetiva.

A utilização da expropriação foi muito mais uma escolha dos técnicos liderados por Cervellati do que por uma opção política do PCI (Ulshöfer, 2017). O controle do mercado imobiliário por parte da prefeitura, utilizando o sistema de expropriação dos bens e, após renovação dos imóveis, a concessão de títulos de propriedade coletiva sem individualização de posse provou-se particularmente impopular e contenciosa com a classe média e com proprietários de apartamentos modestos.

Dois aspectos surgiram: em primeiro lugar, a soma monetária discriminada pela Prefeitura para reembolso dos antigos proprietários seria substancialmente menor do que o valor de mercado, visto que a municipalidade utilizaria o cálculo de valor venal, desconsiderando as flutuações decorrentes da especulação imobiliária. Em seguida, havia a incerteza quanto à extensão de direitos e deveres advindos dos títulos de cooperativa predial – forma pretendida inicialmente com o PEEP (Bandarin, 1979). A configuração de cooperativa foi ambicionada de modo a não permitir que os imóveis renovados fossem canibalizados pela especulação imobiliária, limitando o alcance social do plano.

A ênfase em instrumentos coercitivos de reforma urbana atingiu seus limites logo em seguida. Já em 1975, foi aprovado um novo instrumento de pactuação entre poder público e os proprietários: o convênio. Era uma solução de compromisso que permitia aos proprietários manter a seu direito real, ao passo que, em troca do financiamento público para a renovação,

o senhorio acatava os termos da política habitacional para o seu imóvel, determinados pela Prefeitura e aprovada pelo Conselho de Bairro.

Do ponto de vista da política de restauro, o PEEP utilizou de uma abordagem pragmática da metodologia tencionada no Plano para o Centro Histórico de 1969. Em especial, emprestou a categoria *ripristino tipológico* (reconstrução tipológica), agora rebatizada de *case albergo* como forma de construir novos imóveis no centro histórico. Aqui cabe uma diferenciação: enquanto no Plano de 1969, o centro histórico era encarado como "processo histórico finalizado" do ponto de vista da ocupação de terrenos, o PEEP vai propor a construção de residências temporárias (*case albergo*) em lotes em lotes não edificados.

Esta solução heterodoxa permitiria que o residente não saísse do centro histórico – portanto, de sua comunidade e rede social – no momento das obras de renovação habitacional (Ulshöfer, 2017). Esse aspecto específico levanta fortes críticas em relação à perda de autenticidade das edificações no conjunto patrimonial, precisamente pelo emprego de material, técnicas e tipologias extemporâneas, o que poderia resultar num pastiche arquitetônico. Apesar do Plano de 1969 prever a reconstrução tipológica, ela era entendida para imóveis arruinados ou parcialmente modificados, não para construção nova.

É bem verdade que essas propostas parecem inspirar-se na ideia já defendida por Gustavo Giovannoni de recompor o tecido histórico com novas edificações, sem destoar em cor, forma e volume da arquitetura tradicional. Tais "atos não-conservativos", segundo ele, seriam guiados pelo princípio da mínima intervenção necessária e atrelados a ações de cunho cultural (Kühl, 2013, pp. 22-23).

A dependência do PEEP por instrumentos financeiros e orçamentários da Prefeitura mostrou-se decisiva para o seu abandono enquanto política pública prioritária, quando do giro de austeridade por que passou a Itália a partir de 1976 (Bodenschatz, 2017). O controle das finanças e as medidas de expansão da base tributária, feitos para combater o alto déficit público, forçaram a interrupção do processo de reforma urbana subsidiada que punha em prática o Plano para o Centro Histórico. Essas medidas comprometeram os resultados dessa política no momento em que seus instrumentos e planejamento haviam atingido uma grande dose de maturidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que este artigo procurou caracterizar como "Modelo de Bolonha" nada mais é do que a materialização da discussão de uma séria de agendas públicas que se coincidiram, articularam-se e ganharam forte conteúdo social. Esta materialização se deu na bibliografia de Pier Luigi Cervellati por, ao mesmo tempo, ter sido o derradeiro momento da continuada síntese da agenda conservacionista no planejamento urbano de Bolonha e por ter revelado a maior de suas fraquezas. O voluntarismo do Poder Público Municipal em contrariar a lógica da especulação imobiliária, ainda que a estrutura econômica estivesse imersa no sistema capitalista de produção, encontrou seu limite justamente quando a política de déficit público não mais poderia desfazer artificialmente a especulação por meio do financiamento público. Quando o dinheiro acabou, assim também o fez o planejamento.

Esse fado, apesar de recorrente no campo de políticas públicas, não desmerece o conjunto metodológico e ferramental que a Prefeitura de Bolonha colocou em prática ao logo de três décadas (1950-1970). Mais importante foi a construção de um argumento que permanece atual, mesmo após 50 anos. O centro histórico, para subsistir e ser relevante no contexto da metrópole contemporânea, deve encontrar sua função intrínseca compatível com suas estruturas, respeitar a idiossincrasia de suas redes comunitárias e, nos esforços diuturnos de conservação, jamais prescindir da responsabilidade social para com suas populações tradicionais.

Ainda que subjetivamente, o sentido de permanência desses compromissos persiste sintetizado na Declaração de Amsterdã de 1975, documento do Conselho da Europa sobre a preservação do patrimônio Histórico.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAZIONE NAZIONALE PER I CENTRI STORICO-ARTISTICI - ANCSA. La Carta di Gubbio del 1960. Gubbio: 1960. Disponível em: < https://www.italianostra.org/la-carta-di-gubbio-del-1960/>. Acesso em 02 dec 2018.

BANDARIN, F. The Bologna Experience: Planning and Historic Renovation in a Communist City. In: APPLEYARD, D (ed.). The Conservation of European Cities. The MIT Press: Cambridge, Massachusetts, and London, England, 1979.

BARTOLINI, F. Changing Cities. Na Urban Question for the Italian Comunist Party. In: BAUMEISTER, M. BONOMO, B. SCHOTT, D (eds.). Cities contested: Urban Politics, Heritage, and Social Movements in Italy and West Germany in the 1970s. Campus Verlag: Frankfurt-am-Main, 2017.

BODENSCHATZ, H. Bologna and the (Re-) Discovery of Urban Values. In: BAUMEISTER, M. BONOMO, B. SCHOTT, D (eds.). Cities contested: Urban Politics, Heritage, and Social Movements in Italy and West Germany in the 1970s. Campus Verlag: Frankfurt-am-Main, 2017.

CERVELLATI, PL. Pier Luigi Cervellati: "Sono cresciuto in una strada malfamata, tra gente che viveva pericolosamente". Entrevista concedida a Antonio Gnoli. La Reppublica: 07 aug 2017. Disponível em: < http://www.repubblica.it/cultura/2017/08/07/news/pier_luigi_cervellati_sono_cresciuto_in_una_strada_malfamata_tra_gente_che_viveva_pericolosamente_-172550155/>. Acesso em 02 dec 2018.

CERVELLATI, PL; SCANNAVINI, R. Bolonia: política y metodologia de la restauración de centro históricos. Editorial Gustavo Gili: Barcelona, 1976.

CERVELLATI, PL; SCANNAVINI, R; DE ANGELIS, C. La nouvelle culture urbaine: Bologne face à son patrimoine. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. Lisboa: Edições 70, 1999.

COMUNE DI BOLOGNA. Storia amministrativa. La cronologia, 1945-1980. Disponível em: < http://www.comune.bologna.it/storiaamministrativa/stories/detail/409429>. Acesso em 02 dec 2018.

CORDEIRO, I. J. D. A Produção do Espaço Turístico pela Via da Acumulação por Despossessão: o Caso de Fernando de Noronha (Pernambuco). 2016. 192f. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

DE PIERI, F; SCRIVANO, P. Representing the "Historical Centre" of Bologna: Preservation Policies and Reinvention of an Urban Identity. Urban History Review, 33(1), 34–45. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/1015673ar>. Acesso em: 10 out 2018.

HARVEY, D. Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KÜHL, B. M. Observações sobre os Textos de Gustavo Giovannoni Traduzidos nesta Edição. In: KÜHL, B. M. (Org.). Gustavo Giovannoni - Textos Escolhidos. Ateliê Editorial: São Paulo, 2013.

NUCIFORA, M. Protection of Cultural Heritage and Urban Development. Catania and Syracuse in the Seventies: A Comparative Approach. In: BAUMEISTER, M. BONOMO, B. SCHOTT, D (eds.). Cities contested: Urban Politics, Heritage, and Social Movements in Italy and West Germany in the 1970s. Campus Verlag: Frankfurt-am-Main, 2017.

ULSHÖFER, J. From “Vechio Nucleo Cittadino” to “Centro Storico” On Bologna’s Preservation Policies and the Social Cost of Urban Renewal (1955-1975). In: BAUMEISTER, M. BONOMO, B. SCHOTT, D (eds.). Cities contested: Urban Politics, Heritage, and Social Movements in Italy and West Germany in the 1970s. Campus Verlag: Frankfurt-am-Main, 2017.

VALE, Ana Rute do. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP). In: Lucia Helena de Oliveira Gerardi; Pompeu Figueiredo de Carvalho. (Org.). Geografia: ações e reflexões. Rio Claro: AGETEO, 2007.

ZUCCONI, G. “La Festa è Finita!” The Questiono f “Centri Storici” in 1970s Italy. In: BAUMEISTER, M. BONOMO, B. SCHOTT, D (eds.). Cities contested: Urban Politics, Heritage, and Social Movements in Italy and West Germany in the 1970s. Campus Verlag: Frankfurt-am-Main, 2017.